

A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA E PODER NA OBRA DE PIERRE BOURDIEU

LIMA, Marcos Felipe de Jesus.
marcosfjl@hotmail.com

ABREU, Ricardo Nascimento. (Orientador)
Licenciado em Letras-Português/Inglês-UNIT; Especialização em Lingüística Textual-
UFRJ; Mestre em Educação-UNIT; Doutorando em Lingüística Histórica - UFBA.
tennascimento@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a obra do sociólogo francês, Pierre Bourdieu e o seu livro “A Economia das Trocas Lingüísticas”, cujo foco baseia-se no modo como o poder da língua influencia a sociedade em diversos aspectos. Esse poder está vinculado a raízes históricas, mas também à própria estrutura social, que dota a língua de poderes e estabelecendo diretrizes acerca do seu uso ideal. Essa idealização é composta por intermédio de uma série de regras e padrões os quais a sociedade institui. Essas normatizações advêm de uma política da classe dominante que, revestida de poder, manobra a classe menos favorecida perpetrando uma grande segregação, não só lingüística, mas também social.

O poder da linguagem determina a posição social do indivíduo dentro do contexto social. Além disso, a linguagem faz uso de outros recursos chamados por Bourdieu de poderes simbólicos para enaltecer mais ainda as relações de poder.

Bourdieu observa a interação entre língua e sociedade como uma espécie de mercado lingüístico onde existe para cada maneira de falar um mercado que está apto a assimilar aquele tipo de linguagem.

A crítica do estruturalismo de Saussure e Chomsky está presente em diversas partes da obra. Pelo viés estruturalista a língua deveria ser analisada como um elemento isolado, sem levar em conta a sua aplicação no contexto social. Por sua vez o teórico Bourdieu se antepõe a esse conceito e afirma que a linguagem é intimamente social, ou seja, é fundamental que haja uma relação entre o indivíduo e a linguagem, pois essa se caracteriza pelas condições e fatores sociais, conhecido como mercado lingüístico.

Palavras-chave: Língua. Sociedade. Poder.

ABSTRACT

This article aims to analyze the work of French sociologist, Pierre Bourdieu and his book "The Economics of Exchange Language," whose focus is based on how the power of language influences the society in various aspects. Such power is bound to historical roots, but also the very social structure, which provides the language of power and setting guidelines about the use ideal. This idealization is made through a series of rules and standards which the company up. These regulations stem from a policy of the ruling class that, coated with power, turning the class favored perpetrated a large segregation not only language but also social. The power of language determines the social position of individuals within the social context. Moreover, the language makes use of other resources by Bourdieu called symbolic of power to further enhance the relations of power. Bourdieu observes the interaction between language and society as a kind of market where there is language for each way of talking a market that is able to assimilate that kind of language.

Criticism of structuralism de Saussure and Chomsky is present in various parts of the work. On the structuralist point of view the language should be seen as an isolated, without taking into account its application in the social context. In turn the theoretical Bourdieu opposes the concept and says that the language is intimately social, that is, it is essential that there is a relationship between the individual and language, because that is characterized by the conditions and other factors, known as linguistic market.

Keywords: Language. Society. Power.

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da civilização humana a comunicação desempenha um papel fundamental no processo de inter-relação do homem. A linguagem antes exercia uma função mais oral, todavia, mais tarde, a linguagem passou a ser impressa através de registros escritos.

Escritos esses que passaram a cada vez mais destoar-se da realidade da qual ela se originou, a fala. Esta se caracteriza por possuir uma grande variabilidade no que se refere ao aspecto lingüístico.

A variação lingüística oriunda da linguagem oral ocorre de maneira muito mais célere em relação à escrita. Com isso, a fala possui a liberdade de estar mais sujeita às alterações lingüísticas. Todavia, essas mudanças são limitadas conforme alguns paradigmas sociais que atuam de maneira coercitiva no processo de inclusão social do indivíduo.

O aspecto da relação entre língua e poder é o objeto de estudo deste artigo, que se baseia na obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu em seu livro “Economia das Trocas Lingüísticas”. Bourdieu fundamenta a sua obra na crítica ao estruturalismo de Saussure, considerado o pai do estruturalismo, e Chomsky, que endossou a teoria de Saussure, porém com alguns adendos.

Sob a ótica de Saussure, a língua era um elemento que não dependia de um contexto social para ser analisada, portanto poderia ser estudada como uma estrutura por si só focada apenas em seu significado. Contrariando o estruturalismo, Bourdieu ressalta a importância da inserção da língua em um contexto social, pois ele acreditava que havia uma relação íntima entre linguagem e sociedade e não haveria então como desvencilhar um elemento do outro.

Neste artigo há também uma abordagem ao modo segundo o qual William Labov enxergava a linguagem que, segundo ele, sofre um processo de variação lingüística necessário no processo de evolução constante da língua.

Bourdieu acreditava que a língua exercia poderes dentro da sociedade ensejando em segregações de cunho lingüístico e também social. Essas segregações advêm do modo como a língua é conduzida por alguns setores da sociedade. A escola é uma das instituições que desencadeiam essa repressão lingüística policiando os seus falantes segundo algumas diretrizes e conceitos sociais. O ambiente escolar é responsável desde cedo pelo modo como se formará os falantes da língua censurando-os ou aprovando-os segundo os seus conceitos. Um aluno em formação fica sujeito àquelas normas sem saber o porquê de haver essas normatizações. Se ele, então, pronunciar uma palavra ou frase que não for aceita como correta ou ideal para o conjunto social, ele será execrado e logo corrigido por sua atitude imprópria. Juntamente com a escola, a classe dominante tem uma grande parcela de responsabilidade na caracterização de normas ideais ao restante da sociedade. Dentro dessa classe dominante os gramáticos atuam como uma espécie de reguladores da linguagem qualificando ou desqualificando palavras as quais, segundo o ponto de vista dele não condiz com o ambiente

do qual fazemos parte. Essa imposição social é estabelecida pela maneira como atuam os falantes em diversas situações as quais Bourdieu convencionou como mercado lingüístico e, junto com esse mercado, há, ainda, o capital lingüístico que funciona como uma espécie de validador do enunciador dando-lhe crédito ou não ao que por ele é enunciado.

A importância da linguagem é delineada por Bourdieu em seus pormenores trazendo à tona várias questões importantes e que, muitas vezes, não são observadas pelos seus falantes, mas que atuam de maneira incisiva no processo estruturação da sociedade.

PAPEL DA LÍNGUA DENTRO DA SOCIEDADE

A língua sempre exerceu poder sobre os membros da sociedade, desde os tempos mais remotos encontramos em diversos meios, o poder de persuasão que a língua estabelece no ser humano. É muito claro perceber que a colonização traz em si marcas que revelam como os lugares colonizados sofrem as influências de cultura do domínio de povos estranhos, mas que são respeitados pela aquisição de valores. Percebemos e não podemos omitir em nosso trabalho as influências de outras culturas, outros povos que, por meio da colonização, trouxeram para o Brasil novos costumes, comidas, crenças, dessa forma a língua em seu processo evolutivo, era apresentado aos nossos ancestrais a língua dos colonizadores, que comprova como a língua exerce o poder sobre a sociedade de manipular aqueles que estão submetidos a uma postura inferior.

Todo esse ciclo lingüístico resulta em determinadas situações, às vezes até mesmo constrangedoras, devido ao mesmo povo falar e ter expressões tão distantes. A língua funciona como instrumento de valorização social, pois ela exerce várias formas de poder, entretanto, podem ocorrer de diversas formas, fatores que se aproximam ou se distanciam da norma padrão ou através de elementos simbólicos que caracterizam com veemência.

Bourdieu em seu livro “a economia das trocas lingüísticas” faz duras críticas ao modo como a língua era vista sob a ótica estruturalista de Saussure e Chomsky. A crítica de Bourdieu é fundamentada no estruturalismo da língua, que era vista e analisada isoladamente isto é, a língua por ela mesma excluída de qualquer contexto social. A língua é a força matriz da sociedade e exerce, de maneira crucial, as bases do poder.

A comunidade de fala não é definida por qualquer acordo marcado no uso dos elementos da língua, nem pela participação em um jogo de normas compartilhadas. Essas normas podem ser observadas em tipos manifestos de comportamentos avaliativos e pelas uniformidades dos padrões abstratos de variação, invariantes em níveis particulares de uso.

Começamos a perceber esta relação de influências, naquilo que é abordado diversas vezes na análise da norma culta e na norma padrão, tais diferenças nos permitem identificar que existem em nossa sociedade fatores que favorecem os crescentes casos de preconceito lingüístico, diante de tais elementos, vamos concebendo a idéia de que a nossa sociedade é ainda imatura diante das realidades naturais do dia-a-dia. Nesse trabalho gostaríamos de abordar de forma limitada alguns processos de transição que o ser humano vai fazendo em sua vida, e qual o papel da língua na construção de um indivíduo, quanto ser sociável.

Marcos Bagno em uma de suas obras intitulada “Preconceito lingüístico”, desmitifica o valor que a língua tem na sociedade, ele apresenta de forma simples o homem, levando em consideração não apenas as condições sociais de um indivíduo, mas sim ver como a língua socializa o homem, como também pode retirá-lo da sociedade. Por intermédio da linguagem é que há a possibilidade de uma identidade tanto personalíssima como social. Essa identidade é fruto das distinções de como a língua age em diversas regiões do mundo e também sobre as pessoas. Podemos facilmente identificar, de imediato, diferenças entre os falares de um brasileiro e de um inglês ou ainda, de um aracajuano e um alagoano. Essas diferenças são registros importantes de como a língua se comporta.

Todavia, a língua é caracterizada por muitos outros fatores, entre os quais um dos mais importantes, senão o mais importante é o status social, isto é, o prestígio que ela carrega consigo. Ela possui um peso social, peso esse que sempre serviu como instrumento de segregação social. A língua falada pela elite é vista com prestígio e a falada pelas camadas populares, vista com desprezo e, muitas vezes, com intolerância. Esse poder exercido pela língua sempre esteve incutido na sociedade e a conduziu de modo que o falar de uma minoria sempre predomina sobre a maioria.

No livro de Marcos Bagno, “A Norma Oculta”, o autor faz questão de frisar como os falares são impregnados de preconceito lingüístico. E cita vários exemplos, entre os quais algumas falas do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, que é tido por todos como um presidente popular, não só pelo seu carisma, mas, principalmente, pelo seu jeito de falar, que é

bem próximo ao utilizado no dia-a-dia pela maioria das pessoas, normalmente das classes tidas como populares.

O modo Presidente da República fala é, sob a ótica de alguns intelectuais, críticos e afins, uma verdadeira barbárie a nossa linguagem não ser coesa com os padrões da norma culta.

A convenção de norma padrão, norma culta e norma popular foi prescrita por alguns gramáticos e perdura até hoje e funciona como um catalisador em potencial de preconceitos.

É como se a língua não pertencesse a cada um de nós, não fizesse parte de nossa própria materialidade física, não estivesse inscrita dentro de nós – por isso ela pode ser “maltratada”, “pisoteada”, “atropelada”, a língua é vista como um outro”. (BAGNO, 2003, p. 18).

A citação de Bagno ilustra bem essa realidade da relação da língua. Ainda existe uma cultura muito forte acerca da fala “ideal”, essa cultura é motivada, principalmente, por puristas, conservadores, críticos que acreditam que a língua é algo alheio a nós e que apenas devemos segui-la à risca como se fosse prescrita por alguém sem termos direito algum a modificá-la, criá-la e a moldarmos como melhor nos agradar.

A língua é mutável e está em constante processo evolutivo e por isso mesmo não há como aprisioná-la. Essas regras que são bem vistas e vangloriadas pelas pessoas de melhor poder aquisitivo nunca são seguidas, pois, em algum momento, haverá os famigerados erros quase sempre exaltados por essa minoria abastada.

ANÁLISE SEGUNDO O ESTRUTURALISMO

A lingüística está focada nos estudos da linguagem e o seu surgimento a propiciou diferenciar-se da Filologia, que predominava na época e baseava-se na análise das línguas a partir de sua evolução histórica, por conta de sua nova abordagem. Os estudos lingüísticos têm por objetivo observar as variações lingüísticas e seus motivos sócio-culturais em oposição à norma padrão da língua.

Saussure foi um lingüista suíço e considerado o pai da lingüística moderna pelos seus estudos mais aprofundados sobre o funcionamento da língua e suas importantes análises que mais tarde serviram de base para o surgimento do estruturalismo.

A lingüística de Saussure fundamentava-se no estudo estrutural da língua, e do uso coletivo, generalizando-a para todos os falantes, e descartando a linguagem individual, por considerar que a língua é homogênea e dinâmica, enquanto a fala é variável. Assim, separou em *langue* e *parole* a fim de estudar a língua como sistema e dedicou-se apenas ao primeiro caso, a *langue*.

O mérito de Saussure consiste em lançar as bases para a compreensão do conceito de estrutura, palavra-chave para o desenvolvimento do pensamento lingüístico e das ciências sociais, a partir da década de 40. A idéia difundiu-se a ponto de constituir o fulcro da tendência conhecida por Estruturalismo. (RAMAZINI, 1990, p.25).

Segundo Saussure, a língua era homogênea e dinâmica e a examinou de modo sincrônico, ao contrário da fala que era mutável e diacrônica. Saussure argumentava que estudar a fala, sob o prisma científico seria difícil, pois teria que abordá-la de maneira muito abrangente em função dos diversos falares o que dificultaria a sua análise científica.

Apesar de ter se limitado ao estudo da língua como mera estrutura e desprovida de qualquer contexto social, Saussure reconhecia que ela sofria evolução e atuava como agente transformador da linguagem.

Uma das vertentes mais importantes dos estudos de Saussure foi a sincronia segundo a qual a estrutura da língua deveria ser estudada de maneira isolada em um dado espaço de tempo em oposição à diacronia que condicionava a língua de maneira histórica, ao longo dos anos, percebendo as suas alterações.

Enquanto um sintagma suscita a idéia de uma ordem de sucessão de um número de elementos, os termos de uma família associativa (paradigmática) não se apresentam nem em número definido nem numa ordem determinada (Curso de Lingüística Geral, 1989, p.116).

No que concerne à lingüística sincrônica, Saussure a dividiu e a classificou de dois modos: sincronia sintagmática e sincronia paradigmática. A sintagmática está fundamentada nas variações dos sintagmas e na característica de linearidade da língua impossibilitando que duas expressões possam ser pronunciadas ao mesmo tempo e privilegiando o seu uso coletivo em detrimento do individual. A paradigmática está baseada nas relações e nas suas possibilidades associativas.

O NASCIMENTO DA SOCIOLINGÜÍSTICA

Com o início dos estudos lingüísticos, sempre houve a preocupação por parte dos lingüistas de entender a relação entre a linguagem e a sociedade, porque a comunicação sempre foi fundamental no processo de evolução do homem, desde os primórdios da civilização até os dias atuais. Essa importância da linguagem é o objeto de estudo da sociolingüística.

William Bright e Fishman foram os primeiros a se aterem à sociolingüística. A linha de pensamento de Bright era o de que a diversidade lingüística era a matéria de que versava a sociolingüística. Ele afirmava que a sua diversidade estava relacionada a vários fatores sociais e, sendo assim, havia uma homogeneidade lingüística. Mais tarde, Labov desenvolveu a sua teoria contrariando a de Bright. Segundo Labov, a diversidade lingüística estava ligada a um fato social e por isso ela era heterogênea.

Labov, acerca da comunidade de fala, define a linguagem como "o instrumento de comunicação utilizado por uma comunidade de fala, um sistema comumente aceito de associações entre formas arbitrárias e seus significados" (Labov 1994:09). Sendo assim surge o questionamento: o que de fato define um falante como pertencente à comunidade de fala. Segundo o sociolingüísta Labov, os limites não estão presentes no fato de um falante se considerar pertencente a uma dada comunidade, mas sim nas características essenciais - as regras gramaticais - do sistema lingüístico abstrato daquele falante, em relação à comunidade a que pertence. Além disso, para o autor, a característica principal da comunidade de fala está no fato de que seus integrantes devem compartilhar as mesmas atitudes e os mesmos valores

em relação à língua: "atitudes sociais em relação à língua são extremamente uniformes numa comunidade de fala" (Labov 1972: 248).

Todo esse sistema lingüístico não acontece de forma consciente, ou seja, não se refere ao desejo do falante de se expressar daquela forma, a obtenção da gramática sucede de maneira inconsciente, do mesmo modo são inconscientes em grande parte, as reações particulares dos falantes em relação à língua. Labov em sua teoria estabelece algumas características que definem uma comunidade de fala, aqui citaremos três destes conceitos especificados por ele mesmo: I- Os falantes devem compartilhar traços lingüísticos que sejam diferentes de outros grupos; II- devem ter uma freqüência de comunicação alta entre si; III- devem ter as mesmas normas e atitudes em relação ao uso da linguagem. A contribuição dada por Labov é de suma importância, pois permite estabelecer esta nova vertente do estudo da língua de cunho social. A sua definição de comunidade de fala é divergente da de nosso objeto de estudo Bourdieu, quando ele enfatiza a realidade de que para ser falante de uma mesma comunidade você necessita ter "as mesmas normas e atitudes em relação ao uso da linguagem". Diante do revelado nos parece aceitável pensar em certo determinismo lingüístico, uma vez que modos lingüísticos de uma mesma gramática funcionariam como apontadores de uma mesma comunidade de fala, ao passo que usos de gramáticos diferentes apontariam para diferentes comunidades de fala. É uma problemática perceber que a língua une, mas também divide assim como citamos no referente trabalho, mas se para Labov, para Guy, e para outros teóricos existe essas restrições, para um individuo ser caracterizado como participante de uma comunidade de fala, compreende-se na língua também a forma de seleção, e sendo assim de discriminação com outros seres que pelas circunstâncias teriam como obrigação pertencer a tal comunidade de falantes.

Labov observou em sua pesquisa, que as formas diversificadas de falar carregam grandes variações, especificamente o urbano e o rural que de certa forma exerce influência um sobre o outro. O exemplo retratado pelo autor é a forma de falar do homem rural, na maioria das vezes ridicularizado por outros indivíduos que tem o contato com a outra comunidade de fala, que nesse caso específico, seria a comunidade de fala urbana, sofrendo as mudanças, desencadeando no seu contexto natural. Para Labov, "os indivíduos variam seu modo de falar conforme a situação em que se encontram".

Cada indivíduo cria o sistema para seu comportamento verbal de forma que ele possa se parecer com aqueles do grupo ou grupos com o(s) qual (quais), de tempos em tempos, ele possa querer se identificar, na extensão em que: (a) ele possa

identificar os grupos; (b) ele tenha tanto Oportunidade como habilidade em observar e analisar seus sistemas comportamentais; (c) sua motivação é suficientemente forte para impeli-lo à escolha e para adaptar seu comportamento de acordo; (d) ele seja capaz de adaptar seu comportamento. (LABOV, 1994, p. 27).

Mesmo com diversos aspectos envolvidos na situação, a comunidade de fala permite ao individuo que ele escolha o grupo que deseja se integrar.

PODER DA LÍNGUA

As interações sociais estão baseadas fundamentalmente em uma relação direta com a língua. Entretanto, essas relações se perfazem em virtude de processos que ocorrem de maneira subjacente e desigual. Esses processos caracterizam-se por forças materiais tais como forças de trabalho, mercadorias, serviços ou por forças simbólicas tais como sapiência, modo de falar, música e etc. Há, então, no processo da linguagem, uma relação entre dominantes e dominados que atuam como se fosse um mercado lingüístico.

Esse processo de dominação é delineado pela sociedade através do seu habitus lingüístico, segundo Bourdieu. Ele afirma que o falante é conduzido a seguir determinadas regras e padrões sociais conforme o que lhe é imposto. Podemos observar como o falante é coagido a moldar a sua linguagem e o modo de falar de acordo com o ambiente onde se encontra. Se, por exemplo, um falante estiver em um ambiente mais requintado que exige um falar mais próximo da norma culta ele o fará, caso esteja em um ambiente mais descontraído, ele fará uso de expressões pertinentes ao seu cotidiano sem se ater a qualquer tipo de pressão social.

No processo que conduz à elaboração, legitimação e imposição de uma língua oficial, o sistema escolar cumpre a função determinante de “fabricar” as semelhanças das quais resulta a comunidade de consciência que é o cimento da nação (BOURDIEU, 1996, p. 35).

Essa “adaptação” do falante à normatização da fala ocorre desde o seu primeiro contato com a escola onde ele aprende o que é correto e o que é errado conforme o que é dito pelo professor. Como a escola é um ambiente de aprendizado e uma instituição, através da qual a sociedade estabelece as diretrizes para a capacitação e competência dos indivíduos, há, portanto, um processo de conscientização baseado nos modelos sociais a fim de incluir o indivíduo socialmente. Existente, portanto, um poder coercitivo que, desde cedo, molda os indivíduos no que se refere à linguagem e ao comportamento social. Como a linguagem e os costumes sociais estão intimamente ligados ao ambiente em que o indivíduo se encontra nem sempre a criança consegue lidar com aquele universo que destoa do seu convívio habitual. A criança, então, muitas vezes acaba reprimindo-se e evita agir de determinada maneira com receio de que aquele seu comportamento seja motivo de crítica ou zombaria por parte de terceiros. Naturalmente, ocorrem vários desvios por causa dessa não-normatização ensejando em alterações de poder. Um indivíduo que, naturalmente ou voluntariamente, se opõe às condições do estatuto social passa a ser excluído ou discriminado pelo que a sociedade convencionou como “ideal”. Portanto, recompensas ou sanções estão intimamente ligadas ao modo como o indivíduo manifesta a sua fala e o conduz a uma preocupação no que se refere a produzir discursos ajustados a vários tipos de mercados lingüísticos. Essa convenção pode atuar através do poder da linguagem ou por conta do poder simbólico; em virtude de uma melhor condição social, do vestuário, de um emprego e afins.

O reconhecimento ou não da legitimidade da língua oficial independe de um ato intencional de aceitação de uma "norma" ou "crença expressamente deliberada". Essa reflexão precisa emergir nas discussões sobre a leitura e o "ensino da leitura" marcados no âmbito do letramento. Adquirir uma língua legítima (que pode ser vista como expressão de um mundo legítimo) faz parte de um processo lento que se coloca num estado prático através de disposições (não perceptíveis) originárias de sanções do mercado lingüístico. Logo está fora de qualquer coerção conscientemente sentida. (Bourdieu, 1996, p. 38).

Esse mercado lingüístico, segundo Bourdieu, é caracterizado pela prevalência de uma língua oficial, obrigatória em ocasiões e espaços oficiais. Esse mercado lingüístico é fruto de uma normatização imposta pelos gramáticos que selecionam os “produtos” que lhe parecem ser mais convenientes e o legitimam por conta do processo de imposição escolar. A maior vítima dessa normatização é a linguagem escrita, sujeita a várias regras ortográficas e padrões; através de gramáticas, dicionários, livros escolares, que buscam atingir o ideal de perfeição do falante. A escola não aceitará como legítimas expressões que estejam alheias

àquilo que ela prega como correto e absoluto a exemplo de expressões “nós vai, seis real, a gente podemos”

O poder da linguagem traz consigo outro quesito que caracteriza a sua validade acerca daquilo que é dito. Bourdieu classificou esse aspecto como capital lingüístico. O capital lingüístico funciona como uma espécie de validador de acordo com a posição social do falante. Por exemplo, se um funcionário de determinada empresa resolver dar uma ordem ao seu patrão, certamente essa ordem não terá validade alguma, pois o patrão encontra-se em uma posição social muito mais privilegiada do que aquele simples funcionário. Podemos, portanto, observar que a língua está aliada a diversos aspectos sociais e não a um elemento que se deva analisar isoladamente. A partir do contexto social é que podemos assimilar a amplitude da língua e a sua importância no processo das relações sociais.

O capital lingüístico se reveste, além do próprio poder da língua, mas também de elementos simbólicos que vão dar sustentação a determinada condição social. À medida que o grau de prestígio social aumenta, há também um aumento do grau de censura alheia e de autocensura. Essas preocupações referem ao modo de falar, de vestir-se, de se portar, de comer e etc. Todo esse conjunto de características engloba e decreta a valorização e validação do falante.

Segundo Bourdieu, ainda dentro do orbe da linguagem existe uma analogia entre produção escrita e os discursos espaciais e o seu campo de atuação. Pois nesses processos de produção é necessário que existam alguns elementos indispensáveis tais como o autor, a obra e o espaço social do qual fazem parte. Esses elementos são pré-requisitos do processo, porque o autor precisa enfrentar níveis de censura. O primeiro nível refere-se ao modo como ele enxerga a sua própria produção necessitando da aceitação social que, no que concerne ao mercado lingüístico, funciona como uma espécie de antecipação dos lucros. O segundo nível trata-se da aceitação social de sua produção efetivando a sua legitimidade. Outro aspecto que também pode ser enquadrado no nível de censura é dos teóricos que controlam ou influenciam a área a qual a produção se destina. Esses teóricos e seus instrumentos censuradores filtram quais produções devem ter autoridade ou validade, caracterizando-as como referências em potencial.

CONCLUSÃO

Ao longo da análise do livro de Pierre de Bourdieu, “A Economia das Trocas Lingüísticas”, podemos constatar como a língua é incisiva no processo de inclusão social. Esse processo ocorre, inicialmente, na escola e depois se expande para vários outros campos sociais. A escola é responsável por instituir as normatizações e padrões necessários à competência do falante no meio social legitimando ou não o uso das formas da língua. Essas normatizações são impostas por gramáticos que selecionam o que lhes for mais favorável e atribuem como padrão a ser seguido e, também, pela classe dominante com o seu poder.

O poder que a classe dominante exerce está além da linguagem. Ela exerce o seu poder simbólico através da condição social do indivíduo, o seu modo de se vestir, falar, comportar-se e afins. E essa dominação permeia toda a esfera social fazendo com que as classes sociais restantes, ou seja, a maioria da sociedade fique a mercê de normas que para eles muitas vezes nem fazem sentido. A classe menos favorecida torna-se refém do objeto de desejo dos indivíduos de melhor poder aquisitivo e são coagidos em seus atos e na linguagem. Bourdieu afirma que além da aptidão necessária da linguagem de acordo com os diversos mercados lingüísticos, existem os capitais lingüísticos que tornam a língua um objeto bastante refinado e inacessível a vários indivíduos. Esse capital lingüístico capacita o cidadão a exercer funções dentro da sociedade que o eleva à condição de enunciador da “verdade” contrariando a fala de qualquer outra pessoa que não possua esse poder lingüístico característico.

O ato da linguagem é primacial para que a sociedade se componha em suas diversas classes. Todavia, esse processo de composição soa de maneira desigual em virtude das normatizações que são impostas aos seus falantes. Um perfil de falante que não estiver inculcido nesses padrões característicos será excluído não só lingüisticamente, mas também socialmente, pois o ambiente em que ele se encontra será responsável por julgá-lo e definir a ele uma condição correspondente. Condição essa que além de englobar a linguagem, engloba também outros poderes que, segundo Bourdieu, são chamados de poderes simbólicos e são definidos pelo modo como a pessoa se comporta, modo de se vestir, sua condição social e várias outras características. Os poderes simbólicos aliam-se à linguagem e, com isso, ampliam a relação de poder.

Esse poder é, segundo Bourdieu, conduz a sociedade num processo de desigualdades sociais. O preconceito lingüístico e social nos é inculcido desde cedo e, ao

falante, é muito difícil se desvincular dessa noção do que é certo ou errado segundo o ponto de vista lingüístico. Esse preconceito atualmente ocorre de maneira vertical com a análise da fala do presidente do país. Para muitas pessoas, o modo como ele fala não é digno de um cargo como o de presidente de um país. Mas, para alguns lingüistas, se não a maioria, o modo acintoso como os críticos se referem a ele é nada mais do que falta de conhecimento, ignorância e conservadorismo. A fala do presidente constitui a representação da fala da maioria dos brasileiros, ou seja, a norma popular, segundo algumas denominações. E sendo assim não há nada mais normal do que isso.

O poder da língua funciona como um instrumento seletivo da sociedade capacitando ou não os seus falantes a estarem incluídos socialmente e linguisticamente.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **A norma oculta - língua & poder na sociedade brasileira.** São Paulo, Parábola, 2003.

BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz.** São Paulo: Loyola, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer.** São Paulo: Edusp, 1996, pp. 09-16.

LABOV, W. **Principles of Linguistic Change – Social Factors.** Oxford: Blackwell, 2001.

LABOV, W. **Sociolinguistics patterns.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

RAMAZINI, Haroldo. **Introdução à Lingüística Moderna.** São Paulo ícone, 1990.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral.** 15ed. São Paulo: Ctrix, 1989